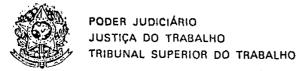
PROC.Nº.TST-E-RR-4935/89.3



ACÓRDÃO (Ac. SDI-2900/94) VA/bz

HORAS IN ITINERE

incompatibilidade de horário entre o transporte público e a jornada de trabalho dos empregados enseja a aplicação do Enunciado 90, uma vez que tal incompatibilidade equivale à impossibilidade fática do obreiro se utilizar de tal transporte para seu deslocamento até o lugar onde trabalha. Aliás, é por esta razão que o empregador, visando precipuamente seu interesse na regularidade e pontualidade no comparecimento de seus empregados, providencia condução necessária. Embargos conhecidos mas rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-4.935/89.3, em que é Embargante RHODIA S/A e Embargado OSWALDO RISONHO.

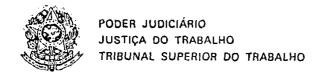
A Eg.3 Turma entendeu, às fls.86/88, que incompatibilidade de horário do transporte público com o da jornada do obreiro constitui pressuposto objetivo ensejador do deferimento das horas in itinere, por dificultar o acesso do empregado ao local de trabalho.

Irresignada, a reclamada apresentou os presentes embargos à SDI, às fls.90/93, com base em divergência jurisprudencial e contrariedade ao Enunciado 90, alegando que não se admite a interpretação ampliativa deste verbete sumular para o fim de deferir horas in itinere com fundamento na incompatibilidade de horários.

Admitido através do r.despacho de fls.96, recurso não recebeu contra-razões.

A d. Procuradoria Geral opinou pelo prosseguimento do feito.

É o relatório.



VOTO

Restou consignado no acórdão revisando que assiste direito ao empregado às horas in itinere porque evidenciado que o transporte público era incompatível com o horário de trabalho do reclamante e que tal constitui pressuposto objetivo ensejador do deferimento das horas in itinere.

o primeiro aresto de fls.92 esposa tese contrária, no sentido de que a incompatibilidade de horário do transporte público não enseja o deferimento de horas in itinere, nos termos do Enunciado 90 desta Corte.

O outro paradigma revela-se inespecífico por não abordar a questão da incompatibilidade de horário, mas tão-só a insuficiência do transporte público para atender aos usuários.

Conheço por conflito pretoriano.

MÉRITO

Comungo com a tese da Eg.Turma, posto que incompatibilidade de horário significa ausência de transporte regular público que possibilite ao empregado chegar ao trabalho em seu horário normal de serviço.

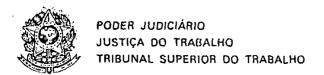
E a incompatibilidade de horário do transporte público até o local de trabalho enseja a aplicação do Enunciado 90, uma vez que equivale à impossibilidade fática do obreiro se utilizar de tal transporte para seu deslocamento até o lugar onde trabalha. Aliás, é por esta razão que o empregador, visando precipuamente seu interesse na regularidade e pontualidade no comparecimento de seus empregados, providencia a condução necessária.

Destarte, inexistindo realmente transporte público regular no local de trabalho do autor, correta a aplicação do Enunciado 90 desta Corte à hipótese dos autos.

Este entendimento já foi, inclusive, anteriormente adotado por esta C.SDI, ao julgar o ERR 4866/89.4 ~ Ac.SDI 2295/93 - Julgado em 10.08.93.

Rejeito os presentes embargos.

É o meu voto.



ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer os embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, por maioria, rejeitá-los, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, que os acolhia para julgar improcedente o pedido de horas extras.

Brasília, 15 de agosto de 1994.

4.0

JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA Vice-Presidente no exercício da Presidência

VANTUIL ABDALA
Relator

Ciente:

LÉLIO BENTES CORRÉA
Procurador Regional do Trabalho